

# Estudo Técnico Preliminar 40/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08220.002372/2024-73

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como leptospirose, febre maculosa, micoplasma, bernes) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/AC	Glauco Ferreira de Souza Ribeiro

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa contratada deverá comprovar a experiência por meio de atestados e Certificados Técnicos, Capital Circulante Líquido conforme exigências dos Modelos de Edital disponibilizado no site da AGU/CJU; Comprovação de patrimônio líquido suficiente para execução dos serviços, Cadastro no SICAF.

4.2. Quanto à qualificação técnica, devem ser atendidos os normativos correlatos ao serviço pretendido, destacando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), Lei dos Agrotóxicos e afins (Lei 7.802/1989) e seu regulamento através do Decreto 4.074/2002, Resolução ANVISA n. 52/2009 referente a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

4.3. Tais serviços deverão ser prestados por empresas especializadas, com o devido Alvará e licenciada de funcionamento pela Autoridade Sanitária do Estado e/ou do Município.

4.4. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

4.5. Os serviços pretendidos são de natureza continuada.

4.6. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos-benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

4.7. Responsável Técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas devidamente registrado e habilitado pelo respectivo conselho profissional.

4.8. Detalhamento dos métodos, rotinas, etapas, procedimentos, frequência e periodicidade da execução dos serviços constarão em Termo de Referência.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Eleger-se a Dispensa de Licitação por baixo valor, visando a formalização dos contratos, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização - aplicação contra baratas, aranhas, ratos, pulgas, cupins e mosquitos (inclusive o *Aedes Aegypti*), com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos, ferramentas necessárias para as dependências internas e externas, nos moldes da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

5.2. Pretende-se contratar empresa especializada no ramo de controle e prevenção de pragas urbanas, sendo classificada como serviço comum, tendo em vista apresentar padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos, em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, além de serem facilmente prestados por diversas empresas do ramo; Considerando o serviço de dedetização comum e de prestação continuada, em virtude de sua essencialidade e necessidade de serem prestados de forma ininterrupta e permanente, para assegurar as atividades do órgão e o cumprimento de sua missão institucional.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços de prevenção e controle de pragas e vetores para o prédio da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre e suas unidades descentralizadas.

6.2. Os serviços serão prestados inicialmente quando agendados pela SR/PF/AC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após cada solicitação, para execução completa em aproximadamente 08 (horas) de dia útil ou não, à critério da contratante.

6.3. As aplicações deverão ser realizadas, via de regra, a cada 06 (seis) meses, ou a critério do responsável pela unidade correspondente da SR/PF/AC, devendo a empresa se responsabilizar por eventuais reparações do serviço, caso esses se demonstrem insatisfatório ou ineficiente.

6.4. Todas as formulações químicas utilizadas deverão possuir registro na ANVISA. A contratada deverá indicar na sua proposta, ou e documento apartado, os produtos a serem utilizados (nome comercial e genérico), e classificação de toxicidade e suas formas de aplicação.

6.5. Não poderá ser adicionado qualquer outro produto potencializador de sua ação original, cumprindo assim normas de segurança.

6.6. Caso a CONTRATADA queira realizar a substituição de quaisquer produtos descritos na proposta de preço, esta deverá ser submetida à prévia aprovação da CONTRATANTE. A indicação dos novos produtos, que deverão estar em conformidade com todas as exigências constantes neste instrumento e no Termo de Referência, deverá ser encaminhada ao servidor designado para fiscalização dos serviços em até 10 (dez) dias úteis antes da aplicação.

6.7. O período de vigência do contrato será de dois anos, contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Assim, as áreas de cada instalação predial, em metros quadrados, correspondem ao máximo dos serviços a serem executados pelo período de 12 meses.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Conforme informação referente ao último contrato firmado por esta SR/PF/AC, decorrente do processo SEI nº. 08220.005603 /2019-33, observa-se que foram realizadas, dentro do período de 01 (um) ano, na maioria das Unidades, o máximo de 02 (duas) aplicações, sendo que a experiência na execução propiciou a atualização e o aprimoramento das informações utilizadas.

7.2. As metragens foram estimadas com base nas informações prestadas pelas unidades interessadas, acrescidos de 20% (vinte por cento) da metragem total, para aplicação no entorno das edificações e eventuais locais com caixas de passagens elétricas, hidráulicas e sanitárias, conforme documentos anexos ao processo.

7.3. Ressalta-se que o prédio onde funciona o Posto de Controle Migratório de Assis Brasil/AC é de propriedade da Receita Federal do Brasil, onde são utilizados pela Polícia Federal, aproximadamente, metade da área dos pavimento térreo e superior.

7.4. A partir das análises realizadas, chegou-se à necessidade ideal de contratação na quantidade mínima anual de 02 (duas) aplicações para cada unidade, sendo o tempo mínimo de 06 (seis) meses para cada aplicação, tempo este que evitará o restabelecimento e surgimento das pragas. As solicitações de execução dos serviços ocorrerão mediante as necessidades de cada Unidade, definidas em momento apropriado, conforme oportunidade e conveniência da Administração.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 28.431,31

8.1. A Pesquisa de Mercado teve como fundamento a Instrução Normativa nº 65, de 08 de julho de 2021. Esse normativo dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, nos seguintes termos:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado

8.2. Desta forma, envidaram-se esforços visando o atendimento do Art. 5º da referida Instrução Normativa, utilizando os parâmetros elencados acima, além de obedecer à ordem de preferência da norma, sempre considerando a especificidade da contratação.

8.3. Seguindo as orientações exaradas na IN nº 65/2021, foi realizada a pesquisa de preços, procedeu-se então à confecção do Mapa Comparativo de Preços, constante no processo administrativo correspondente.

8.4. Conforme Mapa Comparativo de Preços, e pelo que consta no inciso I do § 1º do Art. 75 da NLLC, e considerando que o valor da contratação para o período de 12 (doze) meses, se perfaz no montante estimado de R\$ 28.431,31 (Vinte e oito mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e um centavos), valor que não extrapola o limite constante do inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021, informa-se o enquadramento da demanda em uma Dispensa de Licitação por baixo valor, a ser realizada em sua forma eletrônica.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Via de regra, haverá o parcelamento do objeto por item, a fim de tornar a execução do contrato técnica e administrativamente viável e para maior competitividade, não sendo adequado, por exemplo, agrupamento de itens correspondente a municípios distintos, devido à longa distância entre muitos deles, o que poderia impedir a participação de Empresas que prestem os serviços apenas em determinadas localidades.

9.2. Assim, no intuito de facilitar a operacionalização dos serviços, e otimizar a fiscalização da execução e o gerenciamento dos contratos, observando o Princípio da Economicidade optou-se pela Dispensa Eletrônica.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No escopo da contratação como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A Polícia Federal almeja aproveitar melhor os recursos humanos disponíveis, estabelecendo a contratação com finalidade eminentemente preventiva no tocante à manutenção da higiene e da salubridade, melhorando a qualidade do ambiente de trabalho e dos serviços oferecidos à sociedade.

11.2. A demanda em questão encontra-se alinhada e incluída no PCA 2025.

- I) ID PCA no PNCP: 200380-1/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 22/11/2024
- III) Id do item no PCA: 01
- IV) Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES
- V) Identificador da Futura Contratação: 200380-1/2025

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manter as unidades da Polícia Federal no Paraná com um ambiente saudável para o trabalho.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a execução do contrato, toda a infraestrutura de instalações locais necessária à acomodação das empresas já existe, não havendo a necessidade de adequações físicas do órgão.

13.2. Para a gestão e fiscalização do contrato, consideramos que seja necessária a capacitação dos servidores responsáveis pelas citadas funções.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

14.2. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos-benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

14.3. Demais informações pertinentes constarão em Termo de Referência

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A viabilidade da contratação são as seguintes condições:

15.1.1. **Distribuição Geográfica e Estruturas:** A Polícia Federal conta com diversas unidades no Acre, muitas delas situadas em municípios de difícil acesso e em instalações improvisadas, que favorecem a proliferação de insetos e animais sinantrópicos. Essas condições prejudicam diretamente a saúde dos servidores e do público atendido.

15.1.2. **Focos de Doenças:** As instalações, incluindo pátios que acumulam veículos automotores, equipamentos e sucatas apreendidas, tornam-se focos do mosquito *Aedes aegypti* e de outros vetores, aumentando o risco de transmissão de doenças graves.

15.1.3. **Continuidade do Serviço:** Para garantir a proteção contínua da saúde dos servidores e do público, bem como assegurar a manutenção do atendimento de qualidade, é essencial que o serviço seja prestado de forma continuada e global, evitando lacunas contratuais que possam comprometer a eficiência do controle de pragas.

15.2. Portanto, a contratação é viável e necessária, com o objetivo de garantir condições sanitárias adequadas, prevenir doenças e proteger os servidores e o público, além de preservar o patrimônio e assegurar a excelência do atendimento em todas as unidades da Polícia Federal no estado do Acre.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 12/12/2024 às 18:52:09.*

**CARLOS ROCHA SANCHES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 17/12/2024 às 21:20:46.*